EXTRAPOLAÇÃO DE ORDEM DE SERVIÇO. DIFERENCIAL DE ICMS. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA. EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL. MERCADORIAS ADQUIRIDAS PARA UTILIZAÇÃO NAS OBRAS CONTRATADAS. INEXIGIBILIDADE. JÚRGAMENTOS REPETITIVOS E DAS SÚMULAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES. 1. Empresas de construção civil, em regra, não se revestem do "status" de contribuintes do ICMS conforme REsp 1.135.489 - AL/2009 e Súmula n. 432 do STJ. 2. Não incide diferencial de alíquota em mercadorias que serviram de meros insumos para execução de obras. 3. Recurso conhecido e provido. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS. Voto contrário do senhor Presidente Emilio Carlos Vieira de Barros, por divergência apenas no fundamento, por entender que o contribuinte possui os direitos da não incidência do ICMS estabelecido no art. 61, incisos I e II, do Anexo I, do RICMS-PA. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 19/05/2022. DATA DO ACÓRDÃO: 19/05/2022.

ACÓRDÃO N.8382 - 2ª CPJ. RECURSO N. 17458 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 322013510000206-8). CONSELHEIRO RELATOR: BRUNO TORRES DE SOUZA. EMENTA: ICMS. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA. INCONSTITUCIONALIDADE. 1. Quando o contribuinte se enquadrar na exceção da modulação da decisão do plenário do STF, que julgou em conjunto as ADIN 4.628 e 4.713, por unanimidade, e declarou a inconstitucionalidade do Protocolo ICMS n. 21/11, o AINF deve ser declarado improcedente. 2. Recurso conhecido e provido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 19/05/2022. DATA DO ACÓRDÃO: 19/05/2022.

ACÓRDÃO N.8381 - 2ª CPJ. RECURSO N. 18106 - VOLUNTÁRIO (AINF N. 032019510000172-9). CONSELHEIRO RELATOR: BRUNO TORRES DE SOUZA. EMENTA: ICMS. DIFAL. BENEFÍCIO FISCAL. 1. Preliminar de abusividade de fiscalização não acatada devido o relatório preceituado no art. 5º, II, b, da IN 24/2010 dever ser dirigido à DFI e não ao contribuinte. 2. Não cabe aos Órgãos de Julgamento desta Secretaria analisar eventual tese de inconstitucionalidade, validade da legislação tributária ou abusividade de multa conforme artigo 26, III, da Lei 6.182/98. 3. Para fruição do benefício fiscal referente ao diferencial de alíquota preceituado na Lei 7.488/2010 deve haver ato do Poder Executivo o regulamentando. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS. Voto contrário: Conselheiro Nilson Azevedo, pelo conhecimento e provimento do Recurso. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 19/05/2022. DATA DO ACÓRDÃO: 19/05/2022.

Protocolo: 817393

Data de Assinatura do Contrato: 15.06.2022
 Vigência: 21.06.2022 a 20.09.2022
 Fundamento Legal: Art. 30, caput da Lei nº 13.303/2016 c/c art. 9º, item 3, §1º, "a" e "c" do RLC/Banpará.
 Contratada: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
 Endereço: Rua Frei Daniel Desamarate, 128 – Centro
 CEP: 68.720-000 Santarém Novo/PA
 Ordenador Responsável: Ruth Pimentel Mello – Diretora Presidente.

Protocolo: 817330

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2022

O BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A. torna público que realizará nos termos da Lei n. 13.303/2016 e de seu Regulamento de Licitações e Contratos, licitação na modalidade Pregão Eletrônico para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA STFC (SISTEMA DE TELEFONIA FIXA COMUTADA) NAS MODALIDADES LOCAL E LONGA DISTÂNCIA NACIONAL E INTERNACIONAL, DISPONIBILIZAÇÃO DE NÚMERO (S) 0800 COM ABRANGÊNCIA NACIONAL E INTERNACIONAL E NÚMERO (S) ÚNICO (S), conforme especificações e condições exigidas no edital e demais anexos.

A sessão pública ocorrerá na seguinte data, horário e local:

DATA: 14/07/2022

HORÁRIO: 10h (Horário de Brasília)

SISTEMA DE LICITAÇÕES: www.gov.br/compras

UASG: 925803

O edital da licitação estará disponível a partir de 23/06/2022, podendo ser obtido: (i) Gratuitamente no site do BANPARÁ (www.banpara.b.br) e sites www.gov.br/compras e www.compraspara.pa.gov.br; ou, (ii) Na sede do BANPARÁ (Av. Presidente Vargas, n. 251, Ed. BANPARÁ – 1º andar, Comércio, Belém/PA) mediante depósito identificado do valor de R\$ 0,25 (vinte centavos) por folha (Conta Corrente nº 800.002-6, Agência nº 0011 do BANPARÁ), não reembolsável, relativos aos custos de reprodução.

Belém - Pará, 23 de junho de 2022.

Marina Furtado

Pregoeira

Protocolo: 817415

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

PORTARIA

PORTARIA Nº 546 DE 21 DE JUNHO DE 2022

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso de suas atribuições e; Considerando a solicitação da Comissão Especial de Sindicância Nível Central/SESPA, nos termos do Ofício nº 063/2022/CPS/NC/SESPA;

RESOLVE:

I - Determinar a continuidade dos trabalhos relativos à Sindicância Administrativa nº 2019/289834 e anexo 2019/351490, nos termos do Art. 199 da Lei Estadual Nº 810/1994;

II - Prorrogar o prazo de validade da Comissão Especial por mais 30 (trinta) dias;

III - Deliberar que a Comissão Especial de Sindicância poderá dedicar-se exclusivamente aos trabalhos apuratórios, reportar-se diretamente às autoridades e órgãos da Administração Pública e proceder às diligências necessárias à instrução processual;

IV - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao fim do prazo concedido, com o intuito de não haver descontinuidade nos trabalhos.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA.

Belém, 21 de junho de 2022.

Rômulo Rodovalho Gomes
 Secretário de Estado de Saúde Pública

Protocolo: 817288

PORTARIA Nº. 548/2022, de 21 de Junho de 2022.

Dispõe sobre a criação do Grupo de Trabalho Interinstitucional para a elaboração de instrumentos que fortaleçam a saúde da população quilombola do Estado do Pará, bem como nomeia seus representantes.

CONSIDERANDO a PORTARIA Nº 445, de 10 de Maio de 2021 que instituiu a criação do Grupo de Trabalho Interinstitucional para a vacinação e elaboração de instrumentos de combate aos efeitos da pandemia da COVID-19 nas comunidades quilombolas do Estado do Pará;

CONSIDERANDO que a vigência da Portaria referida acima chegou ao fim, mas que o diálogo acerca dos instrumentos de fortalecimento para a saúde da população quilombola no Estado do Pará devem avançar;

CONSIDERANDO que as instituições mencionadas na PORTARIA Nº 445 atualizaram os nomes de seus representantes à SESP/PA para a composição de um novo Grupo de Trabalho;

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art.138, parágrafo único, inciso I, da Constituição do Estado do Pará.

RESOLVE:

Art.1º Fica criado o Grupo de Trabalho Interinstitucional para a elaboração de instrumentos que fortaleçam a saúde da população quilombola do Estado do Pará.

Art.2º O GT será composto por um membro titular e um suplente das seguintes instituições, conforme designação abaixo:

BANCO DO ESTADO DO PARÁ

CONTRATO

Inexigibilidade Nº 018/2022

Data da Inexigibilidade: 27.05.2022

Contrato Nº: 057/2022

Prazo: 03 (três) meses

Objeto: O objeto do presente contrato é a transferência de recursos, por parte do patrocinador, a título de patrocínio, destinados a veiculação da marca do Banpará, sob título de Marketing Institucional, em diversas programações culturais para a realização do Projeto "XXXVIII FESTIVAL DO CARANGUEJO" no município de Santarém Novo/PA, considerando o interesse em divulgar, fortalecer, agregar, incrementar, gerar reconhecimento e/ou ampliar benefícios ligados à marca, bem como, aos produtos e serviços, em atitude comercial, visando ao aumento do volume de negócios posto o reconhecimento do Banco como socialmente responsável na valorização da cultura regional.

Valor Total: R\$-50.000,00 (cinquenta mil reais)